

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Aos (26) vinte seis dias do mês de abril do ano de 2022, através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes conselheiros: Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho - SEMURB, Lucia Maria Bezerra da Silva (Mara) - SEMA, José Airton Alcântara Monte - EMATERCE, Aquécio Oliveira da Costa - SEINFRA, Silvio Carlos de Oliveira Napoleão - CAGECE. Contamos também com a participação dos membros eleitos: José Dalisson Cavalcante do Nascimento - Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira, Antônia Beatriz Ferreira Andrade - CEM, Shirley Oliveira Ferreira - Associação de Catadores AVATAH. Tivemos ainda a participação dos técnicos e apoios da SEMURB: Ítalo Renan Ferreira Girão - Gerente do Núcleo de Meio Ambiente, Carlla Danielle da Silva Laureano - Gerente do Núcleo de Licenciamento e, Anielda Favila Prata - Técnica em Secretaria. Registramos a ausência das seguintes instituições com registro de justificativa: Arthur Abreu Costa Facundo - Facundo Construções e José Luiz Ferreira de Menezes - CEEU. Instituições sem registro de justificativa: Emilio Gomes de Abreu - Associação dos Moradores da Serra do Lagedo; EEEP Salaberga; Câmara Municipal de Maranguape; Secretaria Municipal de Saúde; Robson da Silva Siqueira - IFCE/Campus Maranguape e COOPERFAM. Encerrada essa conferência de frequência, a pauta do dia foi anunciada pelo presidente do COMDEMA, Marcus Silva Filho, que será referente a instalação da empresa Kalbir Atacadão e Kalbir Rações. O presidente convidou a gerente do Licenciamento, Carlla Danielle para dar início a apresentação da pauta. A pauta será sobre a Minuta de licenciamento ambiental, referente ao empreendimento, onde será avaliada a Autorização para expedição da licença ambiental de instalação e operação para a empresa Kalbir Comercial Atacarejo de Alimentos e Perfumaria Ltda. A Gerente mostrou as imagens aéreas, a localização, contrato de aluguel, plano de resíduos sólidos e todas as informações anexas ao processo de licenciamento referente aos dois CNPJ, onde a requisição 453 (Kalbir Atacado) será para o comércio varejista de mercadorias em geral (predominância de produtos alimentícios) sendo dividida entre área de recebimento, depósito, áreas de vendas, caixas, refeitório no andar superior, banheiros e área de armazenamento (depósito). A requisição 465 (Comércio Varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação) a área construída é de 509,14 m². Não há perspectiva de ampliação, nem diversificação da atividade principal, que se trata de uma empresa atacadista e varejista de artigos e alimentos para animais de estimação. Todas as informações do processo de licenciamento foram disponibilizadas no grupo do COMDEMA. Após essa apresentação, a conselheira Mara (SEMA) perguntou "qual é a condição que determina que seja uma área especial, por que está intitulado desta forma?". O Gerente Ítalo, respondeu que o Plano Diretor de 2000, determina alguns zoneamentos, fazendo diferenciação em relação as zonas que são de proteção ambiental e as zonas especiais, além das zonas residenciais (ZR1, ZR2, ZR3, ...). A zona ambiental, são aquelas que tem alguma questão vegetal (APP); as zonas especiais, caracterizada pela equipe da época, deve ter sido visualizado algum tipo de limitação de uso (seja alguma questão topográfica, seja pela questão de limitação, com relação as práticas da cidade na época) considerando a área como zona de interesse especial, com limitação de uso, com uma série de critérios que devem ser adotados. Esclareceu que a própria lei diz, que as áreas de zona especial podem ser usadas, desde que sejam observados critérios de infraestrutura que não gerem nenhum tipo de situação de risco de inundação, alagamento, como um problema urbano futuro e que, além desses critérios, o Conselho das cidades ou o COMDEMA seja ouvido. Outra questão que foi colocada, foi que o plano diretor está desatualizado a vinte dois anos, sendo que a nova legislação, pede revisão do plano diretor a cada sete anos. Neste momento há a necessidade de entendimento em relação ao equilíbrio no entendimento desta zona, visto que a Kalbir já está instalada e que será preciso levar em consideração as condicionantes ambientais, para não tomar uma decisão equivocada. O presidente lembrou que o galpão tem um proprietário e que, a Kalbir está apenas se instalando na área. A conselheira Mara mencionou sua preocupação em relação as construções da área (supermercado, revenda de carros, esse galpão) em cima de área que possivelmente é uma lagoa (área inundável), possibilitando que seja aterrada a lagoa por completo, tendo que ser observado se a lagoa é profunda ou somente uma área de acúmulo de água. O Conselheiro Silvio Napoleão acrescentou, que além da legislação ambiental, existem outras regras e, citou como exemplo a faixa de domínio, sendo que a margem da rodovia deve ser respeitada, colocou que a

Avenida Comandante Aviador Childerico Mota, está localizada numa rodovia e terá que ser visto o impacto na rodovia, dando como exemplo a CAGECE, caso fosse fazer a ampliação de rede, que venha a atender ocupações e empreendimentos hoje, ela teria que realizar a intervenção direto na rodovia e que não é permitido pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagens); a CAGECE faz o uso da faixa de domínio, que é a margem da rodovia, para que ela faça a instalação das redes de distribuição de água, e as redes coletoras de esgoto. Esclareceu também que naquela área, a água é recebida por uma rua que tem no fundo destes prédios, justamente pela frente ter ocupado esta faixa de domínio, terem feito concretagem, não tendo viabilidade de instalação de uma rede que margeia a avenida, a rede só seria instalada na própria rodovia que é gerida pelo DER e, o órgão não entende ser viável fazer esta intervenção direta na rodovia, porque qualquer situação de vazamento na rede, irá afetar diretamente a pista (fluxo de carros). O conselheiro falou também, que deveria ser vislumbrado as exigências de uma construção/intervenção que venha a ser feita, com a manutenção da faixa de domínio (de acordo com o DER - faixa estruturante), que tanto pode ser usada para alargamento da rodovia, como pode mexer na estrutura da distribuição de energia e na drenagem, porque a falta dela, vai acarretar consequências severas, que pode respingar na população que ainda está nesta moradia sem estrutura. A conselheira Shirley colocou a sua fala, complementando a conselheira Mara, disse que a área era de um açude, que começava no antigo CSU (Centro Social Urbano) que hoje é a escola municipal Mário Valentim e atravessava a rodovia 065 (que foi construída em 1995) e a caracterização como área especial, foi justamente para evitar as construções nas margens, porque um dos problemas da época, foi o aterramento do CSU e que tinha inundações atrás do prédio, que ficava uma pequena lagoa que atravessava de um lado para o outro da rodovia, que formava o açude, sendo uma bacia de água. Havendo hoje a necessidade de as construções realizarem aterros, justamente por conta disso, da área ter um açude com certeza. A conselheira Mara, ponderou a questão de se dar margem para que outras pessoas possam construir e outros aterros irão surgir e esse local de água/lagoa, ainda tem essa função de receber as águas que vem das partes mais altas, não deixando de ser uma bacia de contenção de água, para ser verificado se não tem a contribuição de algum riacho que contribui pra ela. A conselheira Shirley complementou que o açude era abastecido pelo rio Lameirão (perene), que passa dentro do Bairro Pato Selvagem, que fica a mais ou menos um quilometro de distância em relação ao que hoje está a questão dos prédios do Kalbir. Foi mostrado imagens aéreas da região e o Conselheiro Sílvio Napoleão fez a seguinte observação: Existia na área de construção dos prédios, um desnível em torno de seis metros, relatando que os imóveis que margeiam os prédios, é como se eles estivessem no alto de uma barreira, complementando a informação da Conselheira Shirley (acumulação de água nesse entorno), sendo toda a parte branca (prédios) de aterro para construir os prédios, a parte verde da imagem aérea (vegetação), a maior parte é dentro do que seria um espelho d'água, por ser uma região baixa, não é possível ver a água, a vegetação, aguapés, (...) vai crescer no entorno e vai esconder, o que deveria ser um espelho d'água, sendo que qualquer expansão nessa área, requer aterro, requer fechar a área de alagamento natural, gerando um esgotamento da drenagem natural. Exemplificou com o alagamento da rua por trás do depósito da Lane, que numa situação de chuva, ocasionou os moradores andando com água na cintura, porque o escoamento de drenagem natural está sendo fechado. Reforçou que hoje tem uma galeria (além do galpão) algo em torno de quatrocentos metros e tem uma galeria no centro da pista (no final da rua Antonio Nunes Pinheiro), neste cruzamento tem uma galeria, sendo que as áreas de drenagem natural, ela foi fechada por essas construções. O gerente do meio ambiente, Ítalo Girão, explanou que os problemas de área especial, devem ser sanados com a atualização do Plano Diretor, que deve ser finalizado em julho de 2023 e colocou que existe uma urgência, em virtude desta situação e que conselho deve discutir e tomar uma decisão. Então foi colocada as seguintes situações: Indeferir o pedido e mandar demolir? Deferir mediante medidas compensatórias, mediante a exigências da obrigação de fazer uma drenagem; aprovar mediante a exigência, por parte do empreendedor, de fazer as infraestruturas necessárias para reduzir o problema de drenagem? Aprovar aqui e levar em consideração para as próximas, fortalecendo a fiscalização para impedir o avanço das construções na área. O conselheiro Sílvio Napoleão falou que existe problemas na drenagem, porque existe a ocupação no caminho natural da água e a parte que foi ocupada, não tem como eles demolirem, mas eles podem fazer por exemplo, como condicionante: a supressão vegetal na calha do riacho, limpeza e desobstrução das galerias de drenagem (a definir a área) e garantir a manutenção da limpeza contínua (considerando os períodos da quadra chuvosa). O presidente Marcus, deu exemplo de

uma situação parecida, que o empreendedor não sabia que se tratava de uma zona especial, devendo verificar a questão do proprietário que fez a construção, para ver a possibilidade de minimizar o impacto, para que o dono do empreendimento também seja informado, para ficar monitorando para ele não aumentar o empreendimento. O gerente Ítalo concordou na questão de responsabilizar o empreendedor, sendo essa obrigação na questão de fazer a infraestrutura de drenagem. Foi posto para o conselho a votação para expedir o licenciamento condicionado em relação a permissão de fazer o licenciamento condicionado, a execução de obras de infraestrutura de drenagem na região, por obrigação do empreendedor, gerando um termo de compromisso de compensação ambiental, onde um cronograma precisa ser apresentado e executado conforme as regras e avaliação que o licenciamento vier a fazer em cima desse projeto de drenagem. Foi posto para o conselho a votação da proposta de Resolução nº 12, que autoriza a SEMURB a expedir o licenciamento condicionado, ou seja, expedir a licença para a Kalbir poder operar, mediante a entrega de projetos, estudos de drenagem, cronograma de execução e a responsabilidade de executar, dentro do previsto no cronograma. A existência do empreendimento vai estar condicionado ao cumprimento desta regra, o não cumprimento gerará a imediata suspensão da licença ambiental e a expedição das multas. Além disso, a secretaria também vai notificar todos os donos de galpão, para assinarem também termos de ajustamento de conduta, sendo obrigadas também, a fazer algumas intervenções de drenagem. O conselheiro Silvio Napoleão complementou que seja um condicionante, a obrigação da manutenção na limpeza das calhas no período de quadra chuvosa. Os conselheiros votaram a favor (com a condicionante) e o setor de licenciamento irá redigir os devidos documentos, pareceres e instrumentos que exijam as medidas condicionantes acordadas em reunião e a partir disso, a autorização para expedir o licenciamento ambiental para a Kalbir Atacarejo. A reunião foi encerrada e foi feito o lembrete da próxima reunião que será dia 12 de maio, com a pauta da apresentação da criação da APA da Serra do Lajedo. Sem mais para o momento, esta reunião foi encerrada e a Ata será assinada por todos os presentes.

W. Th. C. L. B.

Lucia Maria B. da Silva

José Airton Alcântara Monte

Silvio Carlos de Oliveira Napoleão

Aquécio Oliveira da Costa

Antônia Beatriz Ferreira Andrade

Shirley Oliveira Ferreira

Ítalo Renan Ferreira Girão

Aniêlda Favila Prata

Carla Danielle da S. Laureano

1. Marcus R^{do} Carvalho da Silva Filho/SEMURB

2. (Mara) Lucia Maria Bezerra da Silva/SEMA

3. José Airton Alcântara Monte/EMATERCE

4. Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE

5. Aquécio Oliveira da Costa/SEINFRA

6. José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Cachoeira

7. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM

8. Shirley Oliveira Ferreira - Associação AVATAH

9. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente M. Ambiente

10. Aniêlda Favila Prata/Técnica SME

11. Carla Danielle da S. Laureano/Gerente Licenciamento